Ata da reunião ordinária nº 1617 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 26 de agosto de 2026.

No dia vinte e seis de agosto, do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência do Reitor em exercício, Prof. Dr. Miguel Belinati Piccirillo, com a presença dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, João Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Carlos Eduardo Caldarelli, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Edmilson Lenardão, Patrícia Mendes Pereira, José Fernando Mangili Junior, Orlando Mendes Fogaça Júnior, Rafael Eduardo Domingues Molinari, Fábio Lopes, Larissa Araújo de Castro Okamura, Waldiceu Verri Junior, Adriana Soares, Marcia Gonçalves Pizaia, Marci Batistão, José Luiz Alduan e Amauri Alcindo Alfieri. Convidados: Denise Maria Fank de Almeida, Silvano César da Costa, Lukas Gabriel Grzybowski, Marina Menezes e Vinícius de Melo Silva. **I. ORDEM DO DIA. 1) Processo 26.408.593-4 - deliberar acerca do Protocolo de Intenções entre a Universidade Estadual de Londrina – UEL e a Brazil Mozzie do Brasil Ltda (Relatores: Prof. Dr. Admilton Gonçalves Oliveira e Marina Menezes).** A Assessora Técnica da AINTEC, Marina Menezes apresentou o protocolo de intenções com a empresa Brasil Mozzie do Brasil Ltda, cujo propósito consiste na erradicação de mosquitos da dengue por meio da soltura de mosquitos estéreis. Explicou que, para sanar o caráter genérico observado em acordos anteriores desta gestão, foi anexado um ofício detalhando as intenções específicas e planos da empresa. Informou que a regularidade jurídica, fiscal e tributária da proponente foi analisada e considerada em conformidade, tendo a minuta do Acordo sido baseada no parecer referencial nº 6 de 2024 da Procuradoria Jurídica. Prof. João Zequi ponderou que o termo "erradicar" é polêmico e cientificamente impreciso quando aplicado a mosquitos e arboviroses. Esclareceu que o interesse da universidade consiste em realizar um estudo técnico independente e ético, utilizando sua expertise para validar o processo. Garantiu que todos os dados coletados serão transparentes e publicados, assegurando que a instituição não será impedida de divulgar os resultados mesmo que a tecnologia se demonstrar ineficaz. Profª Patricia Mendes indagou se a tecnologia do mosquito estéril se destina exclusivamente ao combate do vírus da dengue e o Prof. João Zequi esclareceu que a técnica visa estabilizar a população de *Aedes aegypti* por meio de esterilização química e soltura. Apontou como

principal obstáculo biológico o fato de que, ao cessar as solturas, a população selvagem de mosquitos volta a dominar, o que exige validação, acompanhamento e estudos sobre a valência genética dos espécimes. Profª Patricia alertou sobre a necessidade de deixar claro que, embora o foco seja o *Aedes*, esse mosquito também é capaz de transmitir outras enfermidades, como a dirofilariose. Prof. João Zequi concordou com a observação e acrescentou que, em Londrina, há também a presença expressiva do *Aedes albopictus*. Alertou para o risco ecológico de a supressão do *Aedes aegypti* abrir espaço para o avanço populacional do *albopictus*, que vive fora dos domicílios e é vetor potencial de dezenas de outras arboviroses. Prof. Amauri Alfieri corroborou a importância do tema citando que a medicina veterinária enfrenta um problema grave na Europa com a doença de "glutonatu" (vinda da África), na qual se utiliza a técnica de soltura de mosquitos estéreis para competição biológica. Perguntou ao conselheiro Fábio Lopes como é realizada a esterilização desses mosquitos. Fábio esclareceu que o Ministério da Saúde valida diferentes métodos de esterilização, citando processos por radiação, meios químicos ou incompatibilidade induzida. Prof. João Zequi destacou que o Ministério da Saúde valida essas tecnologias e que o método estéril tem sido aplicado de forma prática em áreas isoladas, como terras indígenas e comunidades quilombolas. Concluiu reforçando que a tecnologia é válida e reconhecida, mas que ainda demanda estudos científicos rigorosos e contínuos. Colocado em regime de votação, o Protocolo de Intenções entre a Universidade Estadual de Londrina – UEL e a Brazil Mozzie do Brasil Ltda, foi aprovado por unanimidade. **2) Processo 26.122.604-9 - deliberar acerca do Protocolo de Intenções entre a Universidade Estadual de Londrina – UEL e a School of Nursing of the University of Washington (EUA) (Relator: Prof. Dr. Rafael Deminice).** Prof. Lucas Gabriel Grzybowski ressaltou o histórico consolidado de colaboração científica entre as instituições e apontou como ação futura uma mobilidade acadêmica de curta duração planejada para os dias 6 a 17 de setembro, que trará à UEL uma comitiva de 17 pessoas (15 estudantes e 2 pesquisadores da área de Enfermagem). Informou que, embora as minutas adotem o modelo da instituição parceira, elas receberam parecer favorável da Procuradoria Jurídica. Prof. Amauri recomendou o estímulo à cotutela no escopo desse acordo, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Destacou que, embora caminhem por vias diferentes, essa modalidade é um mecanismo importante para elevar a pontuação da UEL nos rankings internacionais. Prof. Alan Felinto manifestou apoio à medida, destacando a contínua internacionalização e expansão das pós-

graduações nos centros da universidade. Salientou que o protocolo de intenções não gera vínculo imediato, de modo que a real análise de requisitos e responsabilidades será realizada oportunamente nos planos de trabalho específicos das ações que forem executadas. Concluiu pontuando que não enxerga riscos na aprovação da proposta, apenas benefícios. Colocado em regime de votação, o Protocolo de Intenções entre a Universidade Estadual de Londrina – UEL e a School of Nursing of the University of Washington (EUA), foi aprovado por unanimidade. **3) Processo 26.039.320-0 - deliberar acerca do Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual de Londrina – UEL e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário da UEL – HUTec, para execução do Curso de Especialização em Ortodontia – Turma 2026/2 (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Prof. Amauri informou que o curso é ofertado pelo Departamento de Medicina Oral e Odontologia Infantil do Centro de Ciências da Saúde (CCS) em parceria com a HUTec (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário), que ficará responsável pela administração dos recursos. Destacou que o projeto passou por todas as instâncias de aprovação e teve falhas formais identificadas pela Procuradoria Jurídica totalmente corrigidas antes de ser submetido ao conselho. Detalhou a estrutura do curso, que soma 114 créditos (com forte carga prática, disciplinas teóricas, clínicas, seminários e monografias), ofertando 6 vagas com o custo total de R$ 36.000,00 por aluno, pago em parcelas mensais de R$ 1.000,00. Profª Carrie Galvan esclareceu que se trata de um curso tradicional e altamente consolidado na instituição. Explicou que a opção por ofertá-lo por meio da fundação (HUTec) visa superar dificuldades administrativas anteriores, facilitando a gestão dos recursos financeiros para a compra de materiais necessários e a aplicação direta de verbas na melhoria da estrutura física e dos equipamentos. Enfatizou a alta procura pelo curso, que possui uma carga horária robusta de 1.710 horas e foco eminentemente prático. Colocado em regime de votação, o Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual de Londrina – UEL e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário da UEL – HUTec, para execução do Curso de Especialização em Ortodontia – Turma 2026/2, foi aprovado por unanimidade. **4) Processo 25.059.563-8 - deliberar acerca da constituição de novo Grupo de Trabalho para atualização da Resolução CA no 028/2012 – auxílio financeiro para participação de estudantes da UEL em atividades acadêmicas extracurriculares (Relatores: Prof. Dr. Amauri Alfieri e Profª Dra. Eloisa Ribeiro).** Prof. Amauri justificou a ausência da profª Eloísa, presidente do Grupo de

Trabalho original. Relatou o histórico das atividades do grupo, iniciado em maio de 2025 e composto inicialmente por membros como o vice-reitor prof. Miguel Piccirillo, a profª Eloísa Ribeiro, a profª Inês Fonseca e a profª Laura Brandini. Informou que o GT realizou consultas técnicas com a Procuradoria Jurídica, PROPLAN e PROAF, para alinhar as propostas às normas de orçamento e tramitação eletrônica da universidade. Apresentou as propostas de atualização normativa que constam no e-protocolo, as quais ampliam as modalidades de auxílio, definem critérios de participação e propõem três formulários padrão para solicitações. Explicou que a PJU emitiu um parecer detalhado recomendando que a concessão de auxílios fique explicitamente condicionada à disponibilidade orçamentária e ao planejamento institucional, sugerindo a criação de um novo GT para incorporar as recomendações jurídicas e administrativas e consolidar a minuta final antes de nova deliberação. Diante do exposto, foi sugerido ao Gabinete da Reitoria a constituição de novo Grupo de Trabalho mediante nova Portaria, com prazo específico para conclusão, a fim de: a) analisar integralmente o Parecer PJU nº 381/2026; b) deliberar sobre os pontos de mérito administrativo e financeiro nele indicados; c) promover a revisão da minuta de Resolução e dos respectivos formulários; d) compatibilizar a proposta com as manifestações técnicas da PROPLAN, PROAF e PJU; e e) apresentar versão consolidada para posterior encaminhamento às instâncias competentes, em especial ao Conselho de Administração. Prof. Miguel Piccirillo parabenizou o extenso trabalho realizado e assinalou o aumento expressivo nas solicitações de viagens acadêmicas por parte dos estudantes desde o retorno pós-pandemia (para congressos e competições representativas). Propôs abrir o debate para decidir se o conselho reconstituirá o GT para avaliar tais recomendações ou se fará a discussão diretamente na plenária. Prof. Fernando Mangili manifestou ter acompanhado de perto os relatos da profª Eloísa e colocou-se à disposição para integrar o novo GT em substituição a ela, visando manter o vínculo do centro com o andamento do relatório. Ressaltou que o documento é de extrema relevância para o planejamento e a gestão financeira da instituição. Profª Carrie Galvan parabenizou o GT anterior, classificando o assunto como polêmico e complexo, e pontuou que o principal entrave é o recurso financeiro limitado. Sugeriu priorizar casos em que o aluno represente formalmente a universidade e apoiou a continuidade do grupo de trabalho com a inclusão do Prof. Mangili. Prof. João Zequi elogiou os GTs da UEL pelo papel fundamental nas resoluções de impasses do dia a dia do conselho. Propôs a recomposição imediata do GT para analisar as recomendações da PJU

e consolidar uma resolução definitiva, evitando precedentes e problemas futuros. Profª Laura Brandini alinhou-se aos posicionamentos anteriores sobre a relevância de recriar o GT, mas comunicou sua saída do grupo devido ao fato de ter assumido recentemente a presidência da Comissão Eleitoral Geral para Diretores de Centros. Alertou que o parecer da PJU possui 26 páginas de exigências técnicas profundas relativas à responsabilidade civil e controle financeiro que precisam de ajustes urgentes para evitar riscos jurídicos e orçamentários à universidade. Prof. Orlando Fogaça manifestou dúvidas quanto ao tempo hábil que o novo GT terá para concluir a revisão das 26 páginas de exigências da PJU, considerando que resta aproximadamente um mês e meio de mandato e que os diretores possuem agendas muito sobrecarregadas. Prof. Alan Felinto destacou que a normatização é essencial para garantir transparência, regras claras e credibilidade. Alertou que o segundo semestre é o período de alta temporada de viagens acadêmicas, o que gerará grande pressão. Sugeriu que o GT seja recomposto imediatamente, mas recomendou também a fixação provisória de um montante para as viagens extraordinárias enquanto a resolução definitiva não é concluída. Expressou a preocupação de que os membros do GT permaneçam consistentes, sugerindo que a transição de mandatos em outubro seja bem planejada para não interromper os debates. Prof. Miguel ponderou que a fixação de um teto provisório de gastos é uma proposta válida que deve ser debatida em momento oportuno, mas esclareceu que na presente sessão a pauta limita-se estritamente à recomposição do GT. Prof. Mangili concordou com os riscos expostos pela PJU em relação à segurança orçamentária e jurídica. Comprometeu-se a analisar esses pontos com rigor se integrar o GT, lembrando também que sua continuidade no grupo dependerá do resultado das próximas eleições de centro. Profª Laura solicitou que os conselheiros recordassem se o CA havia votado e aprovado, em reunião anterior, a suspensão de novas autorizações de viagens estudantis até que a regulamentação estivesse em vigor. Prof. Miguel confirmou que o conselho deliberou anteriormente pela suspensão temporária de novas autorizações de viagens acadêmicas até que a nova norma fosse estabelecida. Profª Carrie questionou sobre a sistemática de distribuição de recursos que era adotada antes da suspensão e o prof. Amauri respondeu que o orçamento anterior para este fim era irrisório e a Proplan fixava uma cota de valor reduzido por colegiado. Profª Carrie perguntou qual era a natureza predominante desses pedidos de viagem e o prof. Amauri informou que, sob a vigência da resolução de 2012, os pedidos eram voltados

majoritariamente para a participação em eventos de caráter científico e apresentação de trabalhos. A representante suplente dos técnicos administrativos, Larissa Okamura relatou que o seu Titular, Aurélio Pereira, que não pôde estar presente, tem interesse em integrar e contribuir com o novo Grupo de Trabalho. Prof. Edmilson Lenardão informou que o representante discente, Pedro Mosconi, solicitou a disponibilização de seu nome para compor a vaga discente no GT. Diante das manifestações, o Prof. Miguel propôs votar entre duas opções de encaminhamento: recompor o GT de imediato ou aguardar o primeiro encontro do próximo conselho de administração após as eleições para Diretores de Centros. Profª Patricia Mendes solicitou a opinião dos conselheiros que participaram do GT anterior e do relator sobre o impacto de adiar a recomposição do grupo, visando fundamentar seu voto. Prof. Amauri esclareceu que a agilidade é fundamental, revelando que, desde a decisão de suspensão do último CA até aquele dia, já havia sido obrigado a recusar 12 solicitações de viagens acadêmicas. Prof. Mangili defendeu enfaticamente a recomposição imediata do GT para não perder tempo de trabalho, salientando que eventuais substituições de membros devido às eleições de outubro poderão ser feitas posteriormente sem prejuízo ao andamento. Prof. Silvano apoiou a constituição imediata do grupo, frisando que a transição de gestão não deve paralisar as atividades. Apontou que a universidade possui duas resoluções vigentes de viagens e que há uma discrepância significativa entre a teoria normativa e o fluxo prático atual, o qual está sendo mapeado e revisado para futura discussão com a reitoria e o Conselho de Administração. Prof. Miguel constatou haver consenso para recompor o grupo imediatamente. Foi aprovada por unanimidade a nova composição, com os seguintes membros: Prof. José Fernando Mangili Júnior, Prof. Orlando Mendes Fogaça Júnior, Prof. Edmilson Lenardão, Aurélio Pereira (técnico administrativo) e Pedro Mosconi Siqueira (discente). Professor Edmilson Lenardão propôs que o conselho reavalie a decisão anterior de suspensão total das viagens acadêmicas, argumentando que a demanda reprimida é muito grande e que podem surgir casos de extrema relevância institucional que justificariam uma aprovação excepcional. Prof. Amauri alertou que muitas solicitações de viagens chegam em cima da hora (com 10 dias de antecedência), inviabilizando qualquer análise orçamentária ou logística tempestiva pelo conselho. Prof. Carlos Caldarelli apoiou a proposta do Prof. Edmilson, relatando o caso de uma turma de 30 estudantes de Administração que não pôde comparecer ao maior congresso de Gestão de Pessoas da América Latina, devido aos altos custos do ônibus fretado. Salientou que o

represamento de demandas está prejudicando a participação dos estudantes em eventos importantes. Prof. Mangili manifestou preocupação com o cenário, mas reforçou que os estudantes precisam aprender a planejar suas viagens com antecedência. Prof. Caldarelli sugeriu acoplar a flexibilização das viagens a critérios objetivos de fluxo: prazo mínimo de 60 dias de antecedência via e-protocolo, preenchimento de formulário com número de estudantes, histórico do evento, indicação de docente responsável, e detalhamento se haverá apresentação de trabalho completo ou resumo. Profª Adriana Soares esclareceu que a Pró-Reitoria de Extensão dispõe de um edital de fomento governamental de transporte para projetos de extensão, que vem sendo usado para atender alguns pedidos de estudantes, embora os recursos estejam no fim. Apoiou a criação de formulários e um fluxo de cadastro rígido via e-protocolo. Profª Carrie defendeu a revisão da suspensão sob critérios mínimos emergenciais. Sugeriu que, em vez de financiar integralmente as viagens, a universidade ofereça uma ajuda de custo parcial (como apenas o custo do ônibus ou estadia/hospedagem), permitindo contemplar um número maior de estudantes com o orçamento disponível. Prof. Amauri expôs que o fator crítico é que a prefeitura do campus enfrenta uma escassez grave de motoristas, o que força a universidade a contratar empresas terceirizadas de transporte privado. Esse gargalo eleva exponencialmente os custos de viagem (por exemplo, de R$ 2.200,00 com frota própria para R$ 10.000,00 a R$ 16.000,00 no modelo privado), estourando o orçamento institucional. Prof. Silvano Costa corroborou o problema de pessoal na Prefeitura do Campus Universitário (PCU), informando que há apenas 12 motoristas no quadro, dos quais 4 são terceirizados (impedidos por contrato de realizar viagens longas além de Maringá) e 2 atendem à reitoria, restando apenas 6 motoristas para toda a demanda da instituição. Explicou que as solicitações em cima da hora impossibilitam o planejamento da PCU, obrigando a cotação privada de transporte. Prof. Amauri salientou que a minuta do novo regulamento prevê uma alternativa em que a universidade repassa ao grupo de viagem o valor equivalente ao custo operacional que teria com transporte próprio, ficando a diferença a cargo dos participantes. Prof. Edmilson defendeu que a suspensão total adotada pelo CA é prejudicial. Propôs que os pedidos continuem sendo recebidos e passem por um filtro técnico da divisão de transporte; se houver viabilidade técnica e de motoristas, o pedido segue, caso contrário, é indeferido pelo setor, sem travar o sistema por completo. Rafael Molinari argumentou que a avaliação individualizada de cada processo pelo conselho é inviável. Sugeriu

estimar um teto de gastos específico para viagens até o final do ano e delegar a avaliação técnica e concessão orçamentária diretamente à Proplan. Prof. Miguel questionou prof. Amauri se seria possível apresentar ao conselho um levantamento e projeção de quanto a UEL pode despender orçamentariamente com viagens até o término do ano. Prof Amauri respondeu afirmativamente, garantindo que trará essa previsão orçamentária detalhada para a próxima reunião do Conselho de Administração. **5) Processo 26.377.835-9 - deliberar acerca da liberação de recursos destinados à participação da UEL nos 29o Jogos dos Servidores das Universidades Estaduais do Paraná – JOSUEPAR 2026 (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Prof. Amauri informou que o Josuepar 2026, é um evento tradicional agendado para ocorrer de 4 a 8 de novembro de 2026, na cidade de Guaratuba, Paraná, sob a organização da UNESPAR. Informou que a taxa de inscrição estabelecida é de R$ 35.000,00 por instituição, valor destinado a cobrir as despesas de alojamento e alimentação para até 70 servidores por 5 dias (o que equivale a R$ 100,00 diários por pessoa). Ressaltou que a despesa já foi incluída de forma preventiva na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) pela diretoria de orçamento da Proplan. Esclareceu que a inscrição consiste em um pacote fechado por instituição (independentemente de o servidor utilizar ou não o alojamento) e que a PROEX estava organizando o ônibus para o transporte. Prof. Mangili declarou que irá se abster da votação por estar inscrito para competir como atleta no evento. Formulou dois questionamentos: primeiro, se haveria possibilidade de abatimento ou desconto na inscrição caso o servidor decida não utilizar o alojamento coletivo (relatando que este seria o seu caso pessoal); segundo, se o custo do transporte estaria embutido na taxa de R$ 35.000,00 ou se a universidade disponibilizaria um ônibus à parte. Profª Adriana Soares esclareceu que o valor de R$ 35.000,00 se refere estritamente à taxa de inscrição. Informou que o transporte dos servidores está sendo providenciado pela PROEX por meio de uma verba de encomenda governamental de transporte para ações de extensão, de modo que o deslocamento não consumirá recursos próprios da universidade. Prof. Alan Felinto manifestou voto favorável, ressaltando que o Josuepar é um evento de extrema importância que promove a saúde, a qualidade de vida e a integração interna e externa dos servidores, além de fortalecer a imagem da instituição e a extensão universitária. Sugeriu que o planejamento orçamentário para o evento de 2027 adote a mesma dinâmica de inclusão prévia na LOA. Prof. Silvano Costa corroborou o caráter tradicional do torneio, que ocorre desde 1993, com interrupções pontuais apenas em períodos de

pandemia. Julgou pertinente a dúvida de Mangili sobre o alojamento, apontando ser comum que servidores prefiram se deslocar em veículos próprios e hospedar-se em hotéis com familiares. Sugeriu mapear previamente quem de fato usará o transporte e o alojamento oficiais para tentar uma negociação com a comissão organizadora, embora tenha ressalvado que contratos prévios de refeição podem inviabilizar descontos. Colocado em regime de votação, a liberação de recursos destinados à participação da UEL nos 29º Jogos dos Servidores das Universidades Estaduais do Paraná – JOSUEPAR 2026, foi aprovada, com 1 (uma) abstenção. **EXTRAPAUTA 6) Processo 26.473.165-8 - deliberar acerca da solicitação da Editora da UEL, de transporte com capacidade para 24 pessoas para participar da Bienal do Livro, a ser realizada no município de São Paulo (SP) (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Prof. Miguel Piccirillo informou tratar-se de uma viagem de caráter institucional (não discente/acadêmica) solicitada pela Editora da UEL, com a participação integrada da rádio/TV, Gráfica, Biblioteca Central e Departamento de Design, para o deslocamento de 24 pessoas à Bienal do Livro em São Paulo. Prof. Amauri Alfieri relatou que o processo tramitou como extra-pauta devido a um contratempo na comunicação, pois o pedido original da Editora foi encaminhado informalmente por e-mail e WhatsApp, acabando por ficar temporariamente sem o devido registro oficial. Agradeceu o empenho da Prefeitura do Campus (PCU), que instruiu tecnicamente todo o processo em cerca de duas horas para que pudesse ser pautado a tempo. Informou que, conforme parecer da Proplan, havia disponibilidade orçamentária garantida para custear a viagem. A Diretora da Editora da UEL, Profª Rosane Freitas Martins, defendeu a relevância da ação integrada, apontando que a Bienal é o maior evento editorial da América Latina e uma vitrine essencial para a produção científica e cultural da UEL. Explicou que a comitiva participará de um estande coletivo da Associação Brasileira de Editores Universitários, onde lançará quatro livros de autoria de docentes da instituição. Destacou a importância de capacitar os servidores técnicos (da gráfica, design e biblioteca) em temas inovadores como inteligência artificial e o futuro do mercado editorial. Prof. João Zequi manifestou-se de forma favorável à aprovação da viagem e ao fomento das atividades dos servidores. No entanto, cobrou rigor e coerência administrativa do conselho, criticando o trâmite realizado fora do protocolo oficial (via e-mail e WhatsApp) e o prazo exíguo. Ponderou que, para evitar qualquer impressão de "corporativismo", as exigências de planejamento e prazos cobradas dos estudantes devem ser aplicadas igualmente a todos os setores. Sugeriu que o grupo apresente posteriormente um relatório

das atividades e aprendizados adquiridos no evento. Prof. Amauri esclareceu que, em alinhamento com a Proplan, ficou estabelecido que não serão mais aceitas quaisquer solicitações via e-mail ou WhatsApp, exigindo-se estritamente a abertura de e-protocolo. Sugeriu que, como a Bienal é um evento recorrente que se repete a cada dois anos, o valor correspondente seja planejado e incluído diretamente na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, adotando-se o mesmo modelo de planejamento preventivo já executado para o Josuepar. Profª Rosane esclareceu que a solicitação não foi feita de última hora, tendo sido iniciada em junho, logo após assumir o cargo. Informou que, na ocasião, a equipe da Editora foi instruída por servidores do setor de transporte a encaminhar apenas um e-mail simples, o que gerou o atraso burocrático e a necessidade de regularização emergencial via e-protocolo na véspera da reunião. Professora Laura Brandini corroborou o relato da Profª Rosane, mencionando que naquela mesma manhã uma docente do CLCH relatou ter recebido exatamente a mesma orientação do setor de transporte (de enviar apenas e-mail), evidenciando a necessidade de unificar e corrigir as instruções internas da instituição. Prof. Silvano orientou os Diretores de Centros a instruírem suas equipes a encaminharem os pedidos de transporte oficialmente e de forma direta à Prefeitura do Campus (PCU) via e-protocolo. Esclareceu que, embora e-mails e telefonemas sejam úteis para consultas preliminares de agenda, a reserva efetiva do veículo e do motorista exige formalização por e-protocolo. Prof. Edmilson Lenardão concordou com Prof. Silvano sobre o fluxo, reiterando que as consultas informais de agenda via e-mail são ferramentas de planejamento habituais dos docentes para verificar a viabilidade das viagens de pesquisa antes de oficializar o processo. Prof. Alan Felinto apoiou a participação da UEL na Bienal e recomendou a adoção sistemática da proposta de empenho orçamentário prévio na LOA de 2027 para eventos institucionais consolidados e recorrentes, garantindo maior celeridade e segurança financeira. Colocado em regime de votação, a solicitação da Editora da UEL, de transporte com capacidade para 24 pessoas para participar da Bienal do Livro, a ser realizada no município de São Paulo (SP), foi aprovada por unanimidade. **II.INFORMES**. 1) Profª Marci Batistão solicitou a recomposição da CAED (Comissão de Apoio e Acompanhamento de Estudantes com Deficiência) nos centros de estudos. Explicou que, devido a licenças de membros anteriormente indicados, novos ofícios foram remetidos aos diretores de centros e à pró-reitoria de pós-graduação para novas indicações. Informou que a comissão foi reestruturada para contar com três representantes com igual nível de importância por centro

(substituindo o modelo anterior de titular e suplentes) para consolidar um suporte adequado às atividades do núcleo. 2) Prof. Miguel Piccirillo apresentou um informe sobre o plantio de árvores no campus da UEL, destacando que qualquer ação desse tipo deve passar obrigatoriamente por análise, orientação e autorização técnica da Prefeitura do Campus (PCU). Alertou que plantios não planejados causam problemas estruturais em locais inadequados (como sobre tubulações, fiação elétrica ou áreas destinadas a futuras construções). Prof. Silvano alertou que a remoção de espécimes plantados inadequadamente gera grande desgaste administrativo e exige licenças ambientais complexas (junto à SEMMA e outros órgãos). Destacou que a DPTE planeja o espaço físico futuro da universidade, e que o plantio incorreto próximo à fiação pode afetar a rede elétrica, provocando inclusive quedas de energia no campus. Prof. João Zequi ressaltou a necessidade de planejamento técnico, exemplificando com um caso em que um docente instalou uma casa de vegetação ao lado de uma pequena peroba e posteriormente solicitou a supressão da árvore; o pedido foi negado, orientando-se a mudança de local da estrutura de vegetação. Sugeriu a inclusão de especialistas em botânica e restauração de vegetação no grupo de planejamento para evitar o plantio inadvertido de espécies exóticas ou invasoras que possam prejudicar o ecossistema local. Prof. Silvano esclareceu que está sendo organizado um grupo de trabalho focado em sustentabilidade liderado pela professora Ana Paula Vidoto, para tratar do tema de forma estruturada. 3) Prof. Silvano informou sobre notícias veiculadas na mídia acerca do furto de duas bicicletas no campus. Esclareceu que, embora a universidade disponha de monitoramento por câmeras, os proprietários haviam deixado as bicicletas sem cadeado; como o suspeito apenas subiu e saiu pedalando (sem forçar trancas ou cadeados), a segurança não pôde identificar o furto em tempo real. Adicionalmente, informou que o engenheiro Rafael realizou uma vistoria noturna na iluminação do campus para subsidiar melhorias. O Engenheiro Rafael Molinari apresentou o diagnóstico da vistoria noturna realizada no calçadão e em outros pontos do campus. Registrou que foram identificadas poucas lâmpadas queimadas e que a substituição será providenciada rapidamente, inclusive acelerando processos pendentes com a Copel. Indicou que, embora o calçadão principal esteja claro, há uma sensação incômoda de escuridão logo nos primeiros passos para dentro da mata. Informou que fará um estudo com a DPD para corrigir falhas pontuais de iluminação identificadas perto da Divisão de Materiais e da PCU. Prof. Mangili detalhou o histórico de iluminação do campus, relembrando o projeto de transição

de vapor metálico para a tecnologia LED. Esclareceu que o projeto original focou na iluminação viária (vias de tráfego de veículos e calçadas principais de pedestres), aproveitando os postes existentes e deixando de fora, num primeiro momento, os estacionamentos e caminhos secundários. Explicou que foram instaladas luminárias "full tropic" (que projetam luz estritamente para baixo) com a finalidade de evitar a poluição luminosa nas copas das árvores e preservar o bioma e a fauna noturna do campus. Salientou que a ausência de luz nos atalhos e caminhos secundários no mato serve justamente para induzir os estudantes a utilizarem os caminhos principais, que são monitorados por câmeras capazes de identificar rostos com alta precisão sob a luz LED. Por fim, informou que um novo projeto de eficientização energética com a Copel contemplará os estacionamentos e pontos remanescentes do campus. Profª Laura Brandini, na condição de diretora do CLCH (que abriga oito cursos noturnos), reivindicou prioridade na revisão da iluminação em áreas críticas de circulação de pedestres do centro, como escadas (para evitar quedas de alunos e servidores) e nas proximidades dos banheiros localizados nos fundos do prédio, visando garantir a segurança física e patrimonial da comunidade acadêmica no período noturno. 4) Prof. Miguel Piccirillo anunciou oficialmente que a UEL passa a contar com 55 cursos de graduação após a aprovação governamental para a criação de dois novos cursos: Fonoaudiologia e Geologia. Detalhou que as inscrições para o vestibular de ambos ocorrerão de 28 de agosto a 10 de setembro. Informou que o curso de Fonoaudiologia contará com 12 docentes efetivos, 3 PSS, 2 técnicos de nível médio e 2 de nível superior. O Curso de Geologia contará inicialmente com 5 docentes PSS e 2 técnicos PSS. Revelou que, por meio de negociações, o curso de Fonoaudiologia cederá temporariamente 3 vagas de PSS para viabilizar o início da Geologia. Concluiu destacando que a Geologia terá caráter experimental por três ofertas e, demonstrando boa demanda de matrículas, será convertida em curso efetivo com corpo docente definitivo completo. Prof. Alan Felinto agradeceu o empenho administração nas negociações rápidas em Curitiba para a implantação da Geologia. Destacou o alto valor estratégico do curso de Geologia para o estado do Paraná, dado o potencial de prospecção de terras raras, fontes de energia limpa, recursos hídricos para a agropecuária, e matérias-primas para fertilizantes e construção civil. Justificou que o limite de 20 vagas anuais decorre estritamente da capacidade física de salas e laboratórios do Centro de Ciências Exatas. Profª Carrie Galvan registrou seus agradecimentos à administração pela celeridade no processo do curso de Fonoaudiologia, que vinha sendo desenhado

desde 2023. Comemorou a garantia de 12 contratações docentes efetivas, evitando as dificuldades históricas enfrentadas pelo curso de Nutrição, que sofre com a falta de professores efetivos no quadro. Enfatizou a receptividade alegre do Centro de Ciências da Saúde (CCS) ao novo curso, o qual fortalecerá a atuação multiprofissional em saúde e fomentará discussões sobre a futura criação de um centro de reabilitação. Prof. Silvano lembrou o esforço histórico para a criação do Departamento de Geologia e Geomática em 2021/2022 (desmembrado do antigo departamento de geociências) como base preparatória para o curso. Aproveitou a oportunidade para solicitar o apoio dos conselheiros para a aprovação do curso de Estatística e Ciência de Dados, que passará pelo CEPE no dia seguinte e em breve será pautado no CA. Prof. Amauri informou que foram entregues em mãos dois ofícios à reitora Andréa com estratégias para pleitear, junto ao governo estadual, mais vagas de docentes efetivos para o curso de Nutrição. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Miguel Belinati Piccirillo _____
Reitor em exercício

Laura Taddei Brandini _____
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

João Antonio Cyrino Zequi _____
Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Carlos Eduardo Caldarelli _____
Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Edmilson Lenardão _____
Diretor do Centro de Educação, comunicação e artes

Patrícia Mendes Pereira _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências Agrárias

José Fernando Mangili Júnior _____
Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Orlando Mendes Fogaça Júnior _____
Diretor do Centro de Educação Física e Esporte

Rafael Eduardo Domingues Molinari _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Fábio Lopes _____
Representante Suplente dos Servidores Técnicos Administrativos

Larissa Araújo de Castro Okamura _____
Representante Suplente dos Servidores Técnicos Administrativos

Waldiceu Verri Junior _____
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Adriana Soares _____
Representando a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade

Marcia Gonçalves Pizaia _____
Representando a Pró-Reitoria de Administração e Finanças

Marci Batistão _____
Pró-Reitora de Graduação

José Luiz Alduan _____
Representando a Pró-Reitoria de Recursos Humanos

Amauri Alcindo Alfieri _____
Pró-Reitor de Planejamento